

ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

ANÁLISIS CRÍTICO DISCURSIVO DE LA VIOLENCIA POLÍTICA DE GÉNERO

Petrina Moreira Nunes¹
Micheline Mattedi Tomazi²

RESUMO: Este artigo utiliza a abordagem dialético-relacional da Análise de Discurso Crítica para demonstrar como as manifestações verbais de violência política de gênero no espaço da Câmara Municipal de Vitória contribuem para a manipulação da construção de imagem negativa de uma mulher vereadora, conferindo-lhe atributos que pressupõem indignidade ao cargo político e desmerecimento de respeito. Analisou-se a transcrição de um trecho da sessão ordinária do dia 08 de março de 2021, na comemoração do Dia Internacional da Mulher, em que a vereadora Camila Valadão foi atacada pelos vereadores durante a homenagem. Para isso, foi utilizado como fundamentação teórica Fairclough (2003), Biroli (2014) e Saffioti (2001), dentre outras. Compreendendo o uso da língua como prática social, este estudo justifica-se pela importância de perceber como o discurso e a linguagem podem contribuir para relações de opressão contra mulheres e outras minorias, relações assimétricas de poder no espaço político e sustentação do abuso de poder por ideologias misóginas. Dentre os resultados de pesquisa, foi possível perceber a utilização de falsas referências intertextuais por meio do discurso indireto para validação da censura e a presença de juízo de valor nas avaliações referentes ao corpo e às escolhas linguísticas da vereadora.

Palavras-chave: Violência Política de Gênero. Análise de Discurso Crítica. Câmara Municipal. Vereadora.

ABSTRACT: Este artículo utiliza el enfoque dialéctico-relacional del Análisis Crítico del Discurso para demostrar cómo las manifestaciones verbales de violencia política de género dentro del Ayuntamiento de Vitória contribuyen a la manipulación de la construcción de una imagen negativa de una concejala, otorgándole atributos que presuponen indignidad para el cargo político y falta de respeto. Se analizó la transcripción de un extracto de la sesión ordinaria del 8 de marzo de 2021, en conmemoración del Día Internacional de la Mujer, en la que la concejala Camila Valadão fue agredida por concejales durante el homenaje. Para ello, utilizamos como fundamentos teóricos a Fairclough (2003), Biroli (2014) y Saffioti (2001), entre otros. Al comprender el uso del lenguaje como práctica social, este estudio se justifica por la importancia de comprender cómo el discurso y el lenguaje pueden contribuir a las relaciones de opresión contra las mujeres y otras minorías, las relaciones asimétricas de poder en el espacio político y el apoyo al abuso de poder por parte de ideologías misóginas. Entre los resultados de la investigación, se observó el uso de falsas referencias intertextuales mediante discurso indirecto para validar la censura, así como la presencia de juicios de valor en las evaluaciones sobre las elecciones corporales y lingüísticas de la concejala.

Keywords: Violencia política de género. Análisis crítico del discurso. Ayuntamiento. Concejala.

¹ Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES. E-mail: petrinanunes2@hotmail.com

² Doutora em Estudos Linguísticos. Professora Titular do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES. E-mail: michelinetomazi@gmail.com

INTRODUÇÃO

A violência política de gênero, embora seja crime desde a aprovação da Lei Federal 14.192, de 2021, é um problema social que abala o sistema democrático do Brasil, atingindo mulheres que decidem participar da política, mas devem enfrentar a discriminação e a desigualdade de tratamento na luta pela equidade e respeito na sociedade. Dentre as características da violência política de gênero, pode-se afirmar que ela se constitui de “atos que tentam excluir a mulher do espaço político, dificultar o exercício de funções públicas, restringir o exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais ou induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade ou que lhe são prejudiciais” (Brasil, 2022, p. 06).

Este artigo teve como objetivo analisar criticamente as estratégias linguísticas e discursivas que contribuem para manutenção desse problema social, com foco nas manifestações verbais que evidenciam atitudes que desqualificam e oprimem mulheres políticas e conferem atributos negativos e misóginos. Os objetivos específicos incluíram identificar marcas intertextuais nas formações de discursos misóginos e identificar marcadores discursivos de modalidade e avaliação utilizados na construção de juízo de valor negativo contra a vereadora.

O *corpus* é formado pelo texto transcrito de um episódio de violência contra a vereadora Camila Valadão, da cidade de Vitória (ES), ocorrido dentro da Câmara Municipal, em 08 de março de 2021, no momento da comemoração do Dia Internacional da Mulher. Para o trato com o *corpus*, a metodologia utilizada seguiu a linha da pesquisa qualitativa documental de caráter explanatório ao considerar elementos discursivos e sociais.

A justificativa para discutirmos esse assunto no âmbito da linguística e, mais precisamente, dos estudos discursivos, está diretamente ligada ao nosso papel na educação e na vida social, já que os conhecimentos sociais e pessoais sobre a mulher são reproduzidos na vida social através da linguagem, materializando-se no discurso. Isto é, “como falamos influencia a sociedade que criamos, o conhecimento que celebramos ou desprezamos e as instituições que construímos” (Machin; Mayr, 2012, p. 21)³⁴. Nos ataques verbais contra as mulheres são utilizadas falas machistas, sexistas, misóginas, entre outras, afinal construímos uma sociedade cuja cultura historicamente coloca a mulher como subjugada, explorada e oprimida, de forma que as práticas discursivas dialogam com as práticas sociais.

³ No original: These discourses project certain social values and ideas and in turn contribute to the (re)production of social life. In other words, it is through language that we constitute the social world, or put simply, how we talk about.

⁴ Todas as traduções deste artigo são de responsabilidade das autoras.

Como perspectiva teórica basilar para as análises, utilizou-se a abordagem dialético-relacional da Análise de Discurso Crítica (ADC). A ADC tem se consolidado por apresentar uma proposta de análise linguística das relações sociais de poder, para a qual a linguagem pode ser compreendida como uma prática social (Wodak, 2015; Fairclough, 2016). É importante ressaltar que a ADC “não é um método, nem uma teoria que pode ser simplesmente aplicada a problemas sociais. A ADC pode ser realizada ou combinada com qualquer abordagem e subdisciplina nas ciências humanas e sociais” (van Dijk, 2015, p. 144), por isso, tornou-se necessária para a aproximação interdisciplinar entre a linguística e os estudos feministas/de gênero.

As categorias análises foram: *intertextualidade*, *modalidade* e *avaliação*. Elas fazem parte da proposta teoria de Fairclough (2003) e se inserem no que o autor chamou de significados acional (ação-gêneros) e identificacional (identificação-estilos). Com a análise dos significados acional e identificacional buscou-se identificar como a identidade /imagem profissional e social⁵ da vereadora sofreu com as avaliações/ataques dos colegas homens que censuraram seu modo de falar e de se vestir. Essa identidade profissional e social perpassa por diversos elementos interseccionais, dentre os quais destaca-se que Camila Valadão é uma mulher, negra, jovem, oriunda das camadas populares e pertencente a um partido de esquerda política do Brasil. Por interseccionalidade, neste artigo, vamos considerar que se trata da “conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 117), ou eixos de opressão.

Entre os resultados e debates, foi possível perceber que esses ataques à vereadora como uma tentativa de ‘discipliná-la’ segundo as normas da “identidade feminina” (Miguel, 2014, p.79), postulada por atitudes opressoras, patriarcais e sexistas, mas também perpassando por outras relações de opressão, como racismo. Mesmo sendo uma mulher eleita democraticamente pelo povo e exercendo a mesma função política que os agressores, sofreu um assédio por conta da roupa que usou no dia de homenagem a todas as mulheres. A agressão é uma forma de restringi-la e hierarquizar as relações de gênero e poder naquele espaço. Biroli (2014) lembra que a capacidade de autodeterminação, escolha livre de coerção e controle do próprio corpo, ainda é algo debatido entre feministas sobre a “defesa da autonomia de mulheres” (Biroli, 2014, p. 109) e o combate à subordinação feminina nas estruturas sociais de poder.

⁵ Não será possível, neste artigo, fazer uma discussão filosófica mais aprofundada sobre o que seja ‘identidade profissional e social’. Por esse motivo, considerar-se-á que fala sobre a construção de uma imagem de uma mulher política no âmbito profissional (carreira) e uma imagem de uma mulher política no âmbito social (atributos/adjetivos pessoais que supostamente influenciam o exercício de mandato em cargo público).

Este artigo divide-se em seis etapas, sendo que: a primeira é esta introdução com o resumo da pesquisa; a segunda procura demonstrar como o discurso se relaciona com o problema social da violência política de gênero, apresentando os principais fundamentos da abordagem teórica da ACD; a terceira discute a violência política de gênero situando-a no ambiente institucional onde ocorre a violência e amplia a discussão sobre as questões que envolvem essa problemática; na quarta a metodologia é descrita brevemente; na quinta etapa realizamos a análise do caso em estudo, a partir das lentes da ACD e apresentamos o resultados da pesquisa; e, na sexta parte, estão as considerações finais.

DISCURSO E PRÁTICAS SOCIAIS

A Análise de Discurso Crítica é um paradigma de pesquisa⁶. Dentre suas definições, é necessário destacar que se trata de um tipo de investigação que deve ser “multiteórica e multimetodológica, crítica e autocrítica” (Wodak, 2015, p. 102-103). O destaque para a palavra “crítica” deste paradigma confere a pesquisa “distanciar-se dos dados, situar os dados no social, adotar uma posição política de forma explícita, e focalizar a auto-reflexão, como compete a estudiosos que estão fazendo pesquisa” (Wodak, 2004, p. 234). Dentre as abordagens da ADC, este artigo utilizará a dialético-relacional, desenvolvida pelo britânico Norman Fairclough.

Este artigo compreende discurso como um elemento da vida social conectado a outros elementos (Fairclough, 2003; 2016). Dessa forma, ao fazer uma análise discursiva, não se limita a uma visão multidisciplinar entre, por exemplo, linguagem e sociedade, linguagem e política, ou linguagem e gênero. De acordo com Fairclough (2016, p. 95), “discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”.

O autor ressalta que “a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas” (Fairclough, 2016, p. 97). Por estruturas sociais considere-se entidades mais abstratas, um grupo de possibilidades, como uma classe social, por exemplo. Entre a estrutura social e aquilo que realmente acontece – evento social – há “entidades organizacionais intermediárias” (Fairclough, 2003, p. 23), que chamamos de *práticas sociais*.

⁶ Para um artigo, mostra-se inviável apresentar toda a base teórica que confere atributos trans/multidisciplinares à ADC, no entanto, na parte destinada às análises tentamos deixar o trabalho com aspectos linguísticos e discursivos junto com a reflexão sobre como o problema social se desenvolve por meio da linguagem, evidenciando, dessa forma, que para a ADC o discurso é parte irreduzível da vida social.

Para Fairclough (2003), as práticas sociais podem ser meios de selecionar e de excluir possibilidades estruturais da sociedade. São articulações de elementos sociais associados a áreas particulares da vida social. E, dentro do estudo proposto pelo autor, são as práticas sociais que “articulam o discurso (enquanto linguagem) juntamente com outros elementos sociais não-discursivos” (Fairclough, 2003, p. 25).

Em sua abordagem, Fairclough (2003) considera que o discurso figura de três principais maneiras na prática social: como modo de agir, modo de representar e modo de ser, correspondentes, respectivamente, aos significados acional, representacional e identificacional. Como modo de agir, o discurso constitui parte da ação realizada nas práticas sociais e, nesse sentido, os gêneros são compreendidos como formas de (inter)ação discursiva. Como modo de representar, o discurso – ou, mais precisamente, os discursos, entendidos como modos particulares de representar aspectos do mundo – constitui formas de representação do mundo, de outras práticas sociais e da própria prática. Por fim, como modo de ser, o discurso relaciona-se às identidades sociais e particulares, dimensão que o autor denomina estilos.

É nesse sentido que o estudo do discurso pode contribuir para a problemática social da violência política contra mulheres, uma vez que as práticas sociais são construídas a partir das práticas discursivas, estando a linguagem e outros sistemas semióticos articulados e estruturados na sociedade da qual faz parte.

Com base nos significados acional e identificacional propostos por Fairclough (2003), adotaremos como categorias analíticas a *intertextualidade*, a *modalidade* e a *avaliação*. Por intertextualidade compreende-se que as relações dialéticas dentro do texto são as vozes que o autor traz, utilizando estratégias textuais, como a citação direta e a citação indireta. A intertextualidade pode ser compreendida como uma categoria analítica pertencente ao significado acional, mas perpassa todos os demais significados – afinal, todos os significados estão dialeticamente conectados.

A categorias analíticas modalidade e avaliação podem ser consideradas como pertencentes ao significado identificacional e contribuem para observação das estratégias discursivas utilizadas pelos vereadores para exibirem juízos de valor a respeito da vereadora Camila Valadão. Ressaltamos que a “modalidade” ocorre para que haja a marcação “do enunciador na comunicação, que é realizada sob certas pressões interacionais e com o intuito de alcançar determinados objetivos comunicativos ou determinados efeitos discursivos” (Souza, 2015, p. 33) e pode ser analisada considerando duas direções: 1. Foco discursivo no falante: a modalidade se refere “[...] àquilo que o falante tem em mente (atitudes, crenças, julgamentos, etc.), serve para codificar experiência, especificar atitude em relação à validade do conteúdo modalizado no nível do conteúdo” (Souza, 2015, p. 34); e, 2. Foco discursivo no ouvinte: a modalidade “marca estratégia comunicativa do falante, serve para regular a interação verbal, influir

sobre os interlocutores” (Souza, 2015, p. 34). Neste artigo, o estudo da modalidade volta-se a construção dos enunciadores (agressores) sobre a pessoa a quem eles se referem (vereadora), ou seja, analisamos as construções discursivas que são orientadas para o ouvinte.

Com a categoria analítica “avaliação”, buscaremos evidenciar o juízo de valor e sentido negativo e moralizante das falas contra a vereadora, além do julgamento que os vereadores participantes do evento consideram correto ou incorreto, respeitável ou não respeitável, bonito ou feio. Para tanto, foi necessário ter em mente que as avaliações nem sempre aparecem por meio de verbos, advérbios ou adjetivos de valores afetivos, sentimentais. As avaliações podem aparecer com outros marcadores discursivos, como as presunções valorativas, que “são casos em que a avaliação não é engatilhada por marcadores relativamente transparentes de avaliação, em que os valores estão mais profundamente inseridos no texto” (Vieira; Resende, 2016, p. 163).

Para discutir essa violência, especificamente no âmbito da política – perpetrada por homens contra mulheres – é preciso relacionar as relações de poder entre discurso e sua dimensão política e social, além da natureza intrinsecamente política da linguagem e suas manifestações na língua, consequentemente nas práticas discursivas que levam a manutenção do problema social da violência política de gênero. Barthes (1980, p. 12) já afirmava que “o objeto em que se inscreve o poder é a linguagem ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua”.

Também Bakhtin (2000, p. 289) destaca que todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Magalhães (1986) nos lembra que Fairclough (1984, *apud* Magalhães, 1986, p.187) chama atenção para uma questão importante de “como as pessoas podem não ter consciência de que empregam ‘modos de fala’ socialmente determinados e quais efeitos disso”, entretanto, é preciso levar em conta que o discurso tem uma dimensão política na construção da consciência das pessoas e os discursos que circulam em nossas práticas sociais são submetidos à ordem do poder, seguindo pressupostos da filosofia foucaultiana.

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

A definição do que seja violência política de gênero tem sido tão problemática quanto a sua identificação. Entendemos que violência de gênero são ações associadas a valores, crenças e ideologias que visam à opressão de mulheres. De acordo com Saffioti (2001), a violência de gênero pode ser compreendida como um abuso de poder masculino que, ao compreendermos homem enquanto categoria social para execução do projeto de dominação-exploração patriarcal, utiliza da violência para aumentar sua capacidade de mando e poder de opressão e exploração. Quando se fala em violência de gênero ou

violência contra a mulher, o espaço mais investigado é o da família, da casa, em que casos de violência são mais recorrentes e denunciados. O termo violência política de gênero surge para especificar uma problemática social relativamente nova, afinal, começa com a inserção das mulheres no espaço de poder político – ambiente de maioria masculina.

É perceptível que a política perpetua o patriarcado através dos seus agentes que buscam se manter no poder, às vezes, por gerações. Sobrenome político, família política, reconhecimento popular e financiamento de campanha são exemplos de *capital político* – termo utilizado por Bourdieu (2021) – do qual os homens se beneficiam. A violência política de gênero “pode ser considerada como instrumento de obstrução de acúmulo de capital político” (Kulaitis, 2024, p. 03), desestruturando mulheres políticas e desestimulando a inserção a permanência no espaço político.

No Brasil, o sufrágio feminino ocorreu em 1932, através do Decreto nº 21.076, resultado de inúmeras lutas feministas em anos anteriores. Mais de 90 anos depois, a participação de mulheres na política do país ainda é um desafio que se inicia na candidatura e tem consequências como a baixa representatividade feminina na política. Quando eleitas, o desafio das mulheres está em consolidar seu espaço no ambiente político, ter sua voz respeitada e denunciar as violências sofridas.

Por conta disso, têm sido pauta, na justiça brasileira, casos de violências contra vereadoras, prefeitas, deputadas, senadoras e, até mesmo, contra a única presidenta, até o momento, do Brasil, que foi alvo de ataques misóginos que culminaram em seu *impeachment*. Em 2021, foi publicada a Lei nº 14.192, que “estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher” (Brasil, 2021, local 01). Essa lei, no entanto, não define quais condutas seriam consideradas violência política contra a mulher. O Ministério Público publicou uma cartilha que especifica “violência política de gênero é toda ação, conduta ou omissão que busca *impedir, dificultar ou restringir os direitos políticos das mulheres – cis ou trans – em virtude de seu gênero*” (Brasil, 2022, p. 06, grifos nossos); além disso, considera-se também a natureza das agressões, que podem ser físicas, morais, psicológicas, econômicas, simbólicas ou sexuais.

Ao falar de violência política de gênero, nos deparamos com ações de cerceamento da fala de mulheres, o que, na visão machista não é considerado violência. Uma pesquisa a esse respeito foi realizada por Barros e Busanello (2019) e traz entrevistas com deputadas e assessores a respeito do machismo discursivo na Câmara. Uma das constatações sobre como se manifesta o machismo discursivo, de acordo com os autores, é através do “desprezo pelo que elas dizem, modos velados de ignorar o que elas falam, desqualificação de seus pronunciamentos como sendo falas sentimentais (mi-mi-mi) e como discursos inferiores, sem consistência política” (Barros; Busanello, 2019, p. 08). Os autores também trouxeram as falas dos agressores e, ao negarem a existência de machismo discursivo

em seus comportamentos, justificam que os gritos, xingamentos, tentativa de boicote e depreciação com a imagem das mulheres eram ‘apenas’ embate político normal entre pessoas.

Não apenas no meio político, mas em outros ambientes sociais, as violências de gênero podem aparecer sob formas estereotipadas de papéis de gênero, dificultando a identificação de algumas violências, tidas como de menor importância, ou microviolências, mas que, no entanto, ao serem vistas em um contexto mais amplo, contribuem fortemente para solidificar uma sociedade machista e misógina. Coelho e Volotão (2020) chamam essas ações de micromachismos, que são “práticas abusivas legitimadas pela sociedade e pela cultura que os rodeiam, atitudes de tolerância permitidas, isto é, comportamentos cotidianos de dominação masculina, como a interrupção da fala feminina, o abuso da condição de cuidadora da mulher, críticas à vestimenta feminina, olhares lascivos etc.” (Coelho; Volotão, 2020, p. 163-164).

O termo micro pode ser problemático para algumas pessoas, pois pode causar um efeito minimizador da violência/machismo. No entanto, ele serve para diferenciar as violências físicas e verbais daquelas atitudes que, por exemplo, podem vir disfarçadas de cavalheirismo ou gentileza e se constituem mais sutilmente. Um exemplo disso é o *mainsplaning*, quando um homem explica algo a uma mulher de forma ridiculamente simples e/ou infantilizada, como se ela não tivesse capacidade de compreender um assunto complexo.

Ações que visam impedir o direito feminino ao acesso e participação no ambiente político manifestadas com o recurso da linguagem (e do discurso), por exemplo o *mainsplaning*, caracterizam a necessidade dos estudos linguísticos e discursivos para analisar os fatos misóginos nesse cenário. Neste artigo, focamos em um traço misógino que é a violência política de gênero. Nossa abordagem analítica utilizou a Análise de Discurso Crítica como fundamentação teórica basilar, mas reconhecemos que outras investigações linguísticas se fazem necessárias para compreender como a linguagem tem sido utilizada para a permanência de relações opressoras no espaço de poder político.

METODOLOGIA DE PESQUISA E DESCRIÇÃO DO CORPUS

Este artigo é resultado de uma pesquisa qualitativa documental. Para Denzin e Lincoln (2006), a “pesquisa qualitativa é, em si mesma, um campo de investigação. Ela atravessa disciplinas, campos e temas” (p. 16). Trata-se de uma modalidade de pesquisa que inclui diversos tipos de pesquisa e técnicas de procedimento. “Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo” (Denzin; Lincoln, 2006, p. 17).

Arilda Godoy (1995) afirma que,

[c]onsiderando, no entanto, que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. Nesse sentido, acreditamos que a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas (p. 21).

Ao realizar uma pesquisa qualitativa documental a respeito da problemática social violência política de gênero, este artigo realiza uma análise discursiva-crítica e explanatória, ao compreender os elementos da linguagem e outros elementos da vida social.

O caso de violência analisado neste estudo está disponível na rede social YouTube⁷, de acesso público, portanto a pesquisa não precisou de aprovação em Conselho de Ética. Especificamente, a Sessão Ordinária ocorreu no dia 08 de março de 2021 e a parte em que ocorre a violência explícita contra a vereadora se inicia nos 11 minutos e 50 segundos e se encerra nos 14 minutos e 36 segundos. Para este artigo, procedemos à transcrição desse trecho do vídeo. O ataque perpetrado contra a vereadora Camila Valadão inicia após o vereador Gilvan Aguiar Costa (PL) – conhecido por Gilvan da Federal – recorrer à ‘Questão de Ordem’ para ter direito a fala.

A transcrição foi realizada manualmente e não inclui elementos fonéticos e fonológicos, nem outros elementos que podem aparecer em algumas transcrições, como entonação da voz, pausas e alongamento de vogais, afinal, para este artigo, interessa apenas realizar uma análise discursiva do texto. Importante ressaltar que reconhecemos o valor de uma análise discursiva que leve em conta, também, as imagens, uma vez que nelas encontramos movimentos discursivos importantes, entretanto, decidimos nos reportar apenas ao texto da transcrição do imbróglio que resultou em episódio de violência.

VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA MULHERES: CASO CAMILA VALADÃO

Dentre os diversos casos de violência política de gênero no Brasil, para este artigo, escolhemos o episódio ocorrido contra a vereadora Camila Valadão, dentro da Câmara Municipal de Vitória (CMV), Espírito Santo, no Dia Internacional da Mulher. A vereadora Camila Valadão e a vereadora Karla Coser estavam sendo homenageadas por serem as únicas mulheres ocupando o cargo de vereadora na legislatura no período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024. Durante a sessão de homenagem, ocorreu uma censura ao modo de falar da vereadora Camila Valadão e um ataque a sua forma de se vestir.

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pbdC5QmnZcw>

A transcrição do episódio de violência:

Gilvan: Olha presidente.

Karla: Sim, vereador.

Gilvan: Algumas considerações aqui sobre o Regimento Interno [da Câmara Municipal de Vitória]. É. Creio que, os vereadores aqui, têm que tá com traje formal e, na minha opinião, a vereadora não está com traje formal pra sessão.

Karla: Não existe isso.

Gilvan: Dois. Não terminei ainda, presidente. Dois: questão de manifestação política. Gostaria de saber o motivo do adesivo que está no peito da vereadora. E, terceiro, mais respeito com esse parlamento, questão de 'todes', já que vocês dizem que são da inclusão, eu não me sinto incluído nesse 'bom dia', deixar bem claro aqui pra vocês. Que esse 'todes' não existe e é um desrespeito com esse parlamento.

Karla: Mas qual é o artigo? – Voltando para o vereador Davi Esmael – Ele não falou [o artigo].

Armandinho: Questão de ordem. Primeiro, bom dia vereadoras, feliz Dia Internacional da Mulher. E, vereadora Camila, somente corrigindo, 'bom dia a todos e a todas', todes não figura na Língua Portuguesa, não está no dicionário. Então assim, vamos ter um respeito, seriedade, liturgia ao cargo.

Camila: Só pra responder, na minha fala eu estou percebendo uma censura. Eu posso utilizar não só a Língua formal como toda a pluralidade da Língua. [interrupção]

Armandinho: A senhora pode até utilizar a Língua do P, vereadora, mas isso não é normal.

Camila: [Tentando sobrepor a fala do vereador] Todos, todas e todes.

Armandinho: Utilizou 'todes' porquê? Utilizou 'todes' porquê?

Camila: Porque eu gosto do todes e eu considero plural.

Armandinho: Mas qual o motivo?

Camila: Sobre o meu adesivo, estou utilizando pelo mesmo motivo que o vereador está utilizando a máscara, está no meu corpo, eu posso utilizar.

Karla: Manifestações individuais estão permitidas.

Camila: Manifestações individuais estão permitidas, inclusive o entendimento já me parece expresso aqui em plenário. Sobre minha roupa, não vejo nada em nenhum motivo, pelo qual eu não possa usar. Só porque eu estou com um braço de fora? Não me parece que há nenhum problema, aliás já estive com essa blusa aqui, vereadores, em várias outras sessões e em nenhum momento teve nenhum comentário sobre minha roupa. Curioso isso acontecer no Dia Internacional da Mulher, né? Muito curioso.

Gilvan: Quem quer respeito, se dá ao respeito.

Vereador 1 (não identificado pelo áudio): Vereadora Camila, Vossa Excelência está linda. [A vereadora Karla Coser começa a leitura das ordens do dia, interrompendo as falas sobre a roupa e a aparência da vereadora Camila Valadão.]

Vereador 1 (não identificado pelo áudio): Cabelo Cacheado...

Vereador 2 (não identificado pelo áudio): Verdade. Está muito bonita vereadora.

Vereador 1: Com todo respeito ao seu esposo, que eu conheço, mas está linda.

[Vereadora Karla Coser continua a leitura]

Passamos para a análise discursiva crítica, na qual utilizaremos a abordagem dialético-relacional de Fairclough (2003) para evidenciar como os agressores tentam manipular a identidade profissional e social da vereadora, identificando-a como alguém que não fala e não se veste adequadamente para estar no mesmo ambiente que eles. Selecionamos três categorias analíticas, intertextualidade, modalidade e avaliação, sendo que a primeira está inserida no que Fairclough (2003)

entende como modo de agir discursivamente no mundo (significado acional); já modalidade e avaliação estão inseridas no que o autor entende como estratégia discursiva para identificar os seres e a si mesmo no mundo (significado identificacional/estilos), que, no caso das nossas análises, remete ao juízo de valor que os vereadores fazem de Camila Valadão.

Tratamos a categoria analítica intertextualidade como pertencente ao significado acional proposto por Fairclough (2003) pelo fato de que, quando o autor fala em 'gêneros' ele se refere ao estudo de onde ocorre a ação pelas formas de um texto. As marcas intertextuais presentes no trecho da sessão analisado serão vistas pelas vozes que aparecem nas falas dos vereadores (homens) que tomam a palavra no início da sessão para comentarem sobre a vereadora Camila Valadão.

Na primeira fala do vereador Gilvan Aguiar, ele aciona o Regimento Interno da Câmara para validar sua crítica a respeito da roupa da vereadora Camila Valadão. Essa citação ao Regimento é feita pelo discurso indireto, ou seja, não há especificidade sobre a localização no texto do Regimento que fala sobre as vestes dos vereadores/as e nem como está descrito o que seria 'traje formal', mostrando uma relação semântica *pressuposta* na fala do vereador de que todos/as os/as vereadores/as sabem da existência desse tópico no Regimento.

A referência ao Regimento também é uma forma de validar sua ação de questionar a roupa de uma mulher dentro do ambiente da Câmara. Em relação a esse tópico, o vereador é interrompido pela vereadora Karla Coser, que atuava como presidenta da sessão, que diz 'não existir' esse assunto no Regimento. Ainda trazendo uma citação indireta na continuação de sua fala após a interrupção, o vereador fala sobre 'manifestação política' ao afirmar que o uso de adesivo na roupa da vereadora está inapropriado com o que supostamente aparece no Regimento.

A citação ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitória traria, para a fala do vereador, autoridade e seriedade para justificar sua censura sobre a roupa usada pela vereadora Camila, no entanto, a Resolução nº 2.060, de 13 de setembro de 2021 que institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitória não faz nenhuma menção sobre como devem ser as roupas dos vereadores e das vereadoras durante a sessão. Apenas no artigo 15, sexto parágrafo, diz:

§ 6º No recinto do Plenário é vedada a afixação de símbolos, placas, quadros, faixas, cartazes ou fotografias que caracterizem propaganda político-partidária ou promoção pessoal de autoridades públicas, tampouco que depreciem a dignidade e o decoro da Câmara Municipal de Vitória, ressalvados os itens pessoais dos Vereadores (Vitória, 2021, local 01).

Isso quer dizer que itens pessoais dos vereadores, como o adesivo na blusa, podem ser usados. Ao falar da roupa da vereadora, no primeiro momento o vereador fala em 'formalidade', ou seja, ele não considera a roupa adequada para estar dentro da Câmara Municipal. Mas é possível ver que, ao retomar

o ataque ele fala em respeito, ou seja, para ele a roupa de Camila Valadão é desrespeitosa e por isso, na conclusão do vereador, ela não merece respeito.

O vereador muda o tópico temático das críticas e passa a falar sobre as escolhas linguísticas da vereadora, para isso ele utiliza a voz do ‘parlamento’ para mostrar que ele está defendendo um interesse coletivo “mais respeito com esse parlamento”. Ao mesmo tempo, utiliza palavras que ele atribui a um ‘vocês’ que, naquele contexto, pode ser um ‘vocês: Camila Valadão e Karla Coser’ (vocês duas mulheres vereadoras), um ‘vocês: Camila Valadão e o grupo que ela representa’, um ‘vocês: Camila Valadão e todas as pessoas que falam todes’, entre outras possibilidades a respeito de quais pessoas seriam ‘vocês’. Chamaremos o ‘vocês’ de *interlocutor imaginário*, já que o vereador não especifica. Nesse caso, ele utiliza as palavras do interlocutor imaginário sobre inclusão para dizer que ele não se sente incluído ao receber um ‘bom dia a todes’.

Ainda por meio do uso de citações indiretas, o vereador Armandinho Fontoura (PL) fala da inexistência da palavra ‘todes’ na Língua Portuguesa fazendo menção a um dicionário não especificado. Há um pressuposto nessa fala do vereador de que todos os dicionários de Língua Portuguesa validam a fala dele. Há um falso pressuposto na fala do vereador ao sugerir que a vereadora não sabia sobre a inexistência do todes na gramática normativa de Língua Portuguesa. A palavra ‘todes’ utilizada pela vereadora comunga com sua posição política e ideológica, que se manifesta, nos últimos tempos, na luta pelo respeito às diferenças de gênero, inclusive por meio da fala – no caso, o uso do ‘todes’ seria uma forma de propor uma neutralidade na língua e a preferência pela não utilização do masculino genérico.

Quanto ao *significado identificacional* proposto pela abordagem dialético-relacional da ADC, percebemos que duas categorias analíticas se sobressaem: modalidade e avaliação. Em relação à modalidade, é importante frisar que, em português, temos os verbos auxiliares e as locuções verbais que fazem a função modal, ou seja, que vão expressar possibilidade, obrigação, necessidade, permissão, vontade, dentre outros, mas nem sempre as expressões modais são acompanhadas de um marcador explícito de modalidade. As expressões modais podem trazer múltiplas construções semânticas pelo seu caráter polifônico. Em alguns contextos os verbos modais podem interagir com “outros elementos linguísticos e extralinguísticos que contribuem para produzir significados sentenciais múltiplos e/ou discursivos compatíveis com a semântica desses modais” (Neves, 2001, p. 122).

Ainda em relação ao significado identificacional, a categoria avaliação está dialeticamente conectada às modalidades, pois uma complementa a outra nas falas analisadas. A avaliação, nesta análise, mostra como os sujeitos envolvidos identificam o que consideram certo, errado, bom, mau, feio, bonito, e outras características do juízo de valor que fazem da vereadora.

Destaca-se a modalidade que antecede o juízo de valor feito em relação à roupa da vereadora – ‘creio que [...] têm que tá’ – em que ‘creio’ apresenta tanto uma ‘possibilidade’ epistêmica, quanto uma

'certeza' deôntica, reforçada pelo 'têm que tá' obrigação deôntica. Essa modalidade afirmativa segue com o juízo de valor expressado por 'na minha opinião' seguindo de 'a vereadora não está com traje formal'. A escolha da modalidade nesse trecho prepara o julgamento da roupa da vereadora para também propor uma compreensão semântica de que pode haver dúvidas – 'creio que' (acho que, acredito que) – por parte do vereador, de que a vereadora não está seguindo o Regimento.

Ainda a respeito do 'crer' como modalizador na frase, é importante frisar que seu caráter polissêmico transita entre a dúvida e a verdade (sobre o fato). Essa estratégia discursiva pode gerar uma manipulação para que o interlocutor compreenda uma afirmação de veracidade em relação ao fato, mesmo sendo exposto por marcação de dúvida e, dessa forma, não incidindo no enunciador a culpa da afirmativa. A manipulação discursiva pode ser um dos efeitos da modalidade. Como ressalta Fiorin (2001), por algum tempo o estudo das modalidades se dedicou a entender a ação do sujeito – querer, fazer, dever, poder –, mas com o aprofundamento dos estudos das dimensões cognitivas das narrativas, passa-se a observar também outras relações semânticas, como o percurso da manipulação através de provocação, sedução, intimidação, dentre outros.

Como estratégia de fuga para uma avaliação direta, na modalidade 'Gostaria de saber o motivo' expressa uma ordem, um desejo e, ao mesmo tempo, expressa dúvida. Observando o contexto, percebemos que 'gostaria' não tem o sentido de desejar/querer (desejo saber o motivo), ou de pergunta/dúvida (por qual motivo?). O modalizador 'gostaria de saber' tem um caráter avaliativo da intenção da vereadora em usar um adesivo. Ele não faz uma avaliação direta (a vereadora não deveria usar o adesivo/ não gosto que a vereadora use o adesivo), mas faz o que chamaremos de avaliação por meio da modalidade, em que as cargas semânticas ficam abertas para interpretações a partir do contexto e da recepção dos interlocutores.

Seguindo a lista de reclamações a respeito da vereadora Camila Valadão, o vereador faz uma avaliação do modo de falar da vereadora, da qual ele conclui que é um modo de falar 'desrespeitoso', antecedido pelo modalizador deôntico de certeza '[vou]deixar bem claro'. Nesse tópico ainda tem uma modalidade (dizem que são) formada pelos verbos dizer e ser, nesse caso, em vez de expressar certeza (você são da inclusão), ou passar uma informação (eles disseram que pertencem ao grupo da inclusão), o 'dizem que são' expressa dúvida se pertence ou não ao grupo da inclusão.

Nas falas do vereador Armandinho Fontoura há duas negações a respeito da palavra 'todes', sendo (1) 'não figura na Língua Portuguesa' e (2) 'não está no dicionário'. Se analisar de forma descontextualizada, seria possível pensar que o vereador estava explicando para uma pessoa que não conhece a Língua Portuguesa qual a forma correta de falar uma palavra. No entanto, a frase dele segue com 'vamos ter um respeito, seriedade, liturgia ao cargo', em que a modalidade deôntica 'vamos ter' apresenta uma relação de obrigação/ordem da pessoa a quem ele se refere com o cargo. A modalidade

‘vamos ter’ substitui a ordem ‘tenha respeito, seriedade e liturgia’, apesar de se apresentar na terceira pessoa do plural ‘nós vamos ter’, sua relação semântica constrói uma compreensão que se trata de uma frase na segunda pessoa do singular ‘Você [vereadora] tenha respeito’. Há, nessa fala, um pressuposto de que a vereadora não teve ‘respeito, seriedade e liturgia’ ao falar a palavra ‘todes’, e precisou ser ‘corrigida’ pelo vereador.

A modalidade na fala do vereador Armandinho Fontoura continua quando ele diz que a vereadora Camila Valadão ‘pode até utilizar a Língua do P’. O verbo ‘poder’ é um verbo modal que vem seguido do verbo ‘utilizar’ (que apesar de estar no infinitivo constrói o sentido de imperativo, de ordem). Percebo essa modalidade com dois significados modais (Neves, 2001): permissão ‘permito que utilize a Língua do P’ e possibilidade deôntica ‘é possível utilizar a Língua do P’. A fala do vereador se encerra com o juízo de valor que ele faz ‘isso não é normal’, ao se referir com as escolhas ou as possibilidades de escolhas lexicais que a vereadora pode fazer. Essa ordem para ela utilizar línguas que não existem e atribuir anormalidade as escolhas linguísticas da vereadora afetam a identidade profissional e pessoal da vereadora sugerindo inaptidão intelectual para falar em público, ou seja, não podendo exercer o seu mandato.

A frase que finaliza os ataques negativos contra Camila Valadão é uma condição ‘quem quer respeito, se dá ao respeito’ que carrega valores pressupostos em relação à imagem que tentam construir contra a vereadora. Não apenas contra a vereadora, essa frase é conhecida por ser usada contra mulheres para justificar o desrespeito dos agressores, ou seja, a vítima teve um comportamento que não estava dentro da perspectiva moral do agressor e, por isso, foi desrespeitada/agredida. É uma frase misógina utilizada para justificar violências contra mulheres.

As avaliações que finalizam o trecho da sessão são a respeito da aparência da vereadora ‘Vossa Excelência está linda’ ‘está muito linda’. Essas falas vieram ainda em resposta ao comentário negativo sobre a aparência da vereadora. No entanto, continuam sendo comentários sobre o corpo de uma mulher dentro de um ambiente formal que não é esperado esse tipo de comentário sobre o corpo ou aparência de nenhum dos/as envolvidos/as (vereadores e vereadoras).

Em relação aos *resultados da pesquisa*, foi possível perceber que as modalizações e as avaliações tentam manipular a percepção da identidade profissional da vereadora como alguém que não respeita o cargo ao qual pertencente, utilizando das referências ‘Regimento’ e ‘dicionário’ para validar a atribuição de desrespeito da vereadora. Assim como houve a manipulação a identidade pessoal da vereadora ao acusando-a de se vestir inadequadamente utilizando como referência a citação ao ‘Regimento’ e um suposto padrão formal de vestimenta.

Também considero que os resultados apontam para a tentativa de manipulação pública (dos/as eleitores/as) utilizando-se de ‘falsas verdades’, ou ‘pós-verdade’. Para Fontana (2021) “se denomina

política da pós-verdade (ou política pós-factual) aquela na qual se enquadra em apelos emocionais (Fontana, 2021, p. 89, grifos nossos). No caso do ataque à vereadora, o apelo foi feito utilizando de vieses moralistas, com valores que podem sensibilizar a opinião pública, por exemplo, ter ‘respeito’ com a Câmara e, conseqüentemente, com os/as cidadãos/ãs de Vitória.

Também é possível perceber no ataque à identidade da vereadora a tentativa de ‘expurgo do outro’, uma estratégia típica de construção simbólica da ideologia que, de acordo com Thompson (2009), trata-se da construção de um inimigo (pessoa ou grupo de pessoas), retratado como mau, perigoso ou ameaçador e, por esse motivo, outros indivíduos são motivados a resistir coletivamente, a excluir ou a expurgá-lo.

CONCLUSÃO

Em um primeiro momento de análise, percebemos a presença dos discursos sexistas e homofóbicos em uma relação interdiscursiva que revelaram um contexto político hostil para as mulheres. É possível destacar o discurso sexista na tentativa de controlar a roupa e a fala da vereadora e o discurso homofóbico na censura ao uso do ‘todes’ – o uso do *todes* aponta uma aproximação com a luta LGBTQIA+, manifestando, na linguagem enquanto ato político, o posicionamento ideológico da vereadora. Outrossim, o posicionamento político-ideológico dos vereadores também é manifestado de forma violenta por um discurso onde reside o ódio, não apenas ódio contra as mulheres vereadoras atacadas, mas contra outros grupos sociais minorizados por condição de gênero. Como representantes da casa dos homens (Zanello 2018), os atores sociais envolvidos reproduzem ideologias sexistas, machistas, misóginas e patriarcais, as quais retroalimentam o problema social da violência política contra mulheres.

Conclui-se que as estratégias linguísticas para macular a identidade profissional e social da vereadora Camila Valadão – e, por consequência, outras mulheres políticas – se construíram por falsas referências, manipulação da realidade, censura e exposição da imagem e do corpo da vereadora, tudo isso ocorrido em um dia simbólico para luta feminina, o Dia Internacional da Mulher. Os agressores, naquele momento, explicitaram sua misoginia sem preocupação com o fato de estarem em um ambiente vigiado, sem preocupação em quebrar o decoro parlamentar e, obviamente, sem preocupação com alguma possível punição.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1980.

BARROS, Antonio Teixeira de; BUSANELLO, Elisabete. Machismo discursivo: modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, e53771, 2019.

BIROLI, Flávia. Autonomia, dominação e opressão. MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (orgs.). *Feminismo e política*. uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 109-122.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Edições 70, 2021.

BRASIL. *Decreto nº 21.076*, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. [Revogado pelo Decreto nº 11, de 1991.] Rio de Janeiro (RJ): Presidência da República, 24 fev. 1932. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d21076.htm. Acesso em: 05 jun. 2025.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. *Lei nº 14.192*, de 4 de agosto de 2021. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. Brasília (DF): Presidência da República, 4 ago. 2021. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14192.htm. Acesso em 03 jun. 2025.

VITÓRIA. Câmara Municipal de Vitória. *Resolução nº 2.060*, de 13 de setembro de 2021. Institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitória. Vitória (ES): Câmara Municipal de Vitória. 13 set. 2021. Disponível em: <https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/R20602021.html>. Acesso em: 06 jun. 2025.

COELHO, Naiara; VOLOTÃO, Amanda. Não serei interrompida: O processo de silenciamento feminino no espaço político brasileiro. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 06, n. 02, p. 151-170. Abr./jun. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 05 de jun. de 2025.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa*. teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing Discourse*: textual analysis for social research. London; New York: Routledge, 2003.

FIORIN, José Luiz. Modalização: da língua ao discurso. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 44, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4204>. Acesso em: 5 jun. 2025.

FONTANA, Mónica Zoppi. Pós-verdade e enunciação política: entre a mentira e o rumor. *In*: CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANE, Carlos (Org.). *Discurso e pós-verdade*. São Paulo: Parábola, 2021. p. 87-104.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
Disponível em <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2025.

KULAITIS, Letícia Figueira Moutinho. "Os Homens Estruturam um Mundo Deles e para Eles": A Violência Política de Gênero como Estratégia Ortodoxa de Reprodução do Campo Político. *Mediações*, v. 29, n. 1, p. e49152, jan. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2024v29n1e4915.2>. Acesso em: 05 de jun. 2025

MACHIN, David; MAYR, Andrea. *How to do Critical Discourse Analysis*. Londres: Sage, 2012.

MAGALHÃES, Izabel. Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso. *In*: *DELTA*, vol. 2, n. 2, 1986

MIGUEL, Luis Felipe. A identidade e a diferença. *In*: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (orgs.). *Feminismo e política*. uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 79-92.

BRASIL. Ministério Público Federal. *Violência política de gênero é crime*. saiba como reconhecer e denunciar essa prática. Brasília: MPF, 2022. Disponível também em: <http://www.mpf.mp.br/pge/institucional/gtviolencia-de-genero/publicacoes-1>. Acesso em: 04 jun. 2025.

NEVES, Maria Helena de Moura. A polissemia dos verbos modais. Ou: falando de ambigüidades. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 44, p. 115-145, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4202>. Acesso em: 4 jun. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*. n. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>. Acesso em: 21 mai. 2025.

SOUZA, Cibele Naidhig de. O desenvolvimento da expressão modalizadora "pode ser". Um caso de (inter)subjetivização no português. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 59, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/6177>. Acesso em: 5 jun. 2025.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna*: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 8. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

VAN DIJK, Teun A. La multidisciplinariedad del análisis crítico del discurso: un alegato em favor de la diversidad. *In*: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2015. p. 143-177.

VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de Discurso (para a) Crítica*. o texto como material de pesquisa. Campinas/ SP: Pontes, 2016.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 4, n. especial, p. 223-243, 2004.

WODAK, Ruth. De qué trata el análisis crítico del discurso (ACD). Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. *In*: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2015. p. 17-34.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018.